



ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2023 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, César Neves e Andrea Martins
Design gráfico e paginação: Paulo Freitas

ISBN: 978-972-9451-98-0

Edição: Associação dos Arqueólogos Portugueses, CEAACP, CEIS2o e IA-FLUC
Lisboa, 2023

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Planta das ruínas de Conímbriga. © Museu Nacional de Conímbriga



Apoio Institucional:



Índice

- 15 Prefácio
José Morais Arnaud
- 1. Pré-História**
- 19 O potencial informativo dos *Large Cutting Tools*: o caso de estudo da estação paleolítica do Casal do Azemel (Leiria, Portugal)
Carlos Ferreira / João Pedro Cunha-Ribeiro / Eduardo Méndez-Quintas
- 33 PaleoTejo – Uma rede de trabalho para a investigação e para o património relacionado com os Neandertais e pré-Neandertais
Telmo Pereira / Luís Raposo / Silvério Figueiredo / Pedro Proença e Cunha / João Caninas / Francisco Henriques / Luiz Oosterbeek / Pierluigi Rosina / João Pedro Cunha-Ribeiro / Cristiana Ferreira / Nelson J. Almeida / António Martins / Margarida Salvador / Fernanda Sousa / Carlos Ferreira / Vânia Pirata / Sara Garcês / Hugo Gomes
- 45 A indústria lítica de malhadinhas e o seu enquadramento no património acheulense do vale do Tejo
Vânia Pirata / Telmo Pereira / José António Pereira
- 61 O Abrigo do Lagar Velho revisitado
Ana Cristina Araújo / Ana Maria Costa / Montserrat Sanz / Armando Lucena / Joan Daura
- 75 Contributo para o conhecimento das indústrias líticas pré-históricas do litoral de Esposende (NW de Portugal)
Sérgio Monteiro-Rodrigues
- 95 À volta da fogueira na pré-história: análise às estruturas de combustão do Sul de Portugal – a Praia do Malhão (Odemira)
Ana Rosa
- 105 O projecto LandCraft. A intervenção arqueológica no abrigo das Lapas Cabreiras
João Muralha Cardoso / Mário Reis / Bárbara Carvalho / Lara Bacelar Alves
- 119 A ocupação pré-histórica de Monte Novo: local de culto e de habitat
Mário Monteiro / Anabela Joaquineto
- 135 A formalização de espaços públicos durante o Calcolítico no Alto Douro Português: as Grandes Estruturas Circulares do Castanheiro do Vento (V. N. de Foz Côa)
Ana Vale / João Muralha Cardoso / Sérgio Gomes / Vítor Oliveira Jorge
- 149 Em busca da colecção perdida (1): Vila Nova de São Pedro no Museu Municipal de Vila Franca de Xira
César Neves / José Morais Arnaud / Andrea Martins / Mariana Diniz
- 167 De casa em casa: novos dados sobre o sítio pré-histórico do Rio Seco/Boa-Hora (Ajuda, Lisboa)
Regis Barbosa
- 179 Um contributo para o estudo das Pontas Palmela das «Grutas de Alcobaça»
Michelle Teixeira Santos / Cátia Delicado / Isabel Costeira
- 195 Monte da Ponte (Évora): Um cruzamento entre o positivo e o negativo?
Inês Ribeiro
- 203 Peças antropomórficas da necrópole megalítica de Alto de Madorras. Abordagem preliminar ao seu estudo e valorização no âmbito do Projecto TSF – Murça
Maria de Jesus Sanches / Maria Helena Barbosa / Nuno Ramos / Joana Castro Teixeira / Miguel Almeida

- 219 Apontamentos sobre o monumento megalítico da Bouça da Mó 2, Balugães, Barcelos (Noroeste de Portugal)
Luciano Miguel Matos Vilas Boas
- 227 A Mamoa 1 do Crasto, Vale de Cambra. Um monumento singular
Pedro Manuel Sobral de Carvalho
- 241 À conversa com os ossos: População do Neolítico Final/Calcolítico da Lapa da Bugalheira, Torres Novas
Helena Gomes, Filipa Rodrigues, Ana Maria Silva
- 253 Dos ossos, cacos, pedras e terra à leitura detalhada das práticas funerárias no 3º milénio a.C.: o caso do Hipogeu I do Monte do Carrascal 2 (Ferreira do Alentejo, Beja)
Maria João Neves
- 267 Os sepulcros da Pré-História recente da Quinta dos Poços (Lagoa): contextos e cronologias
António Carlos Valera / Lucy Shaw Evangelista / Catarina Furtado / Francisco Correia
- 285 Quinta dos Poços (Lagoa): Dados biológicos e práticas funerárias dos Sepulcros da Pré-História Recente
Lucy Shaw Evangelista / Eduarda Silva / Sofia Nogueira / António Carlos Valera / Catarina Furtado / Francisco Correia
- 299 Everything everywhere? Definitely not all at once. Uma aproximação inicial às práticas de processamento de macrofaunas da Pré-História recente do Centro e Sul de Portugal
Nelson J. Almeida / Catarina Guinot / António Diniz
- 313 Um sítio, duas paisagens: a exploração de recursos vegetais durante o Mesolítico e a Idade do Bronze na Foz do Medal (Baixo Sabor, Nordeste de Portugal)
João Pedro Tereso / María Martín Seijo / Rita Gaspar
- 327 Análise isotópica estável ($\Delta^{13}C$) em sedimentos de sítios arqueológicos
Virgínia Lattao / Sara Garcês / Hugo Gomes / Maria Helena Henriques / Elena Marrocchino / Pierluigi Rosina / Carmela Vaccaro
- 333 Sobre a presença de sílex na Praia das Maças (Sintra)
Patrícia Jordão / Nuno Pimentel
- 345 Lost & Found. Resultados dos trabalhos de prospecção arqueológica realizados no vale do Carvalhal de Aljubarrota (Alcobaça, Leiria)
Cátia Delicado / Leandro Borges / João Monte / Bárbara Espírito Santo / Jorge Lopes / Inês Sofia Silva
- 357 Análise dos padrões de localização das grutas arqueológicas da Arrábida
João Varela / Nuno Bicho / Célia Gonçalves
- 365 Novos testemunhos de ocupação pré-histórica na área da ribeira de Santa Margarida (Alto Alentejo): notícia preliminar
Ana Cristina Ribeiro

2. Proto-História

- 377 Dinâmicas de Povoamento durante a Idade do Bronze no Centro da Estremadura Portuguesa: O Litoral Atlântico Entre as Serras d'Aires e Candeeiros e de Montejunto
Pedro A. Caria
- 389 Novos dados sobre os povoados do Bronze Final dos Castelos (Beja) e Laço (Serpa) no âmbito do Projeto Odyssey. Contributos a partir de um levantamento drone-LiDAR
Miguel Serra / João Fonte / Tiago do Pereiro / Rita Dias / João Hipólito / António Neves / Luís Gonçalves Seco
- 401 Metais do Bronze Final no Ocidente Ibérico. O caso dos machados de alvado a sul do rio Tejo
Marta Gomes / Carlo Bottaini / Miguel Serra / Raquel Vilaça
- 411 Dois Sítios, um ponto de situação. Primeiros resultados dos trabalhos nos Castros de Ul e Recarei em 2022
João Tiago Tavares / Adriaan de Man

- 425 Reflexões acerca dos aspetos técnicos e tecnológicos dos artefactos de ferro do Bronze Final / Ferro Inicial no território português
Pedro Baptista / Ralph Araque Gonzalez / Bastian Asmus / Alexander Richter
- 439 Resumo de resultados do projeto IberianTin (2018-22) e resultados iniciais do projeto Gold. PT (2023-)
Elin Figueiredo / João Fonte / Emmanuelle Meunier / Sofia Serrano / Alexandra Rodrigues
- 451 À volta da Pedra Formosa. Estudo do Balneário Este da Citânia de Briteiros
Gonçalo Cruz
- 463 Intercâmbio no primeiro milénio A.C., no litoral, entre os estuários dos rios Cávado e Ave
Nuno Oliveira
- 481 Castro de Guifões: elementos para a reconstituição paleogeográfica e compreensão da ocupação antiga do sítio
Andreia Arezes / Miguel Almeida / Alberto Gomes / José Varela / Nuno Ramos / André Ferreira / Manuel Sá
- 493 O Castro da Madalena (Vila Nova de Gaia) no quadro da ocupação proto-histórica da margem esquerda do Douro
Edite Martins de Sá / António Manuel S.P. Silva
- 507 Uma cabana com vista para o rio, no Sabugal da Idade do Ferro
Inês Soares / Paulo Pernadas / Marcos Osório
- 519 Cerca do Castelo de Chão do Trigo (S. Pedro do Esteval, Proença-a-Nova): resultados de três campanhas de escavações (2017-2019)
Paulo Félix
- 533 Instrumentos e artes de pesca no sítio proto-histórico de Santa Olaia (Figueira da Foz)
Sara Almeida / Raquel Vilaça / Isabel Pereira
- 549 Sobre a influência da cerâmica grega nas produções de cerâmica cinzenta do estuário do Tejo: um vaso emblemático encontrado nas escavações arqueológicas do Largo de Santa Cruz (Lisboa)
Elisa de Sousa / Sandra Guerra / João Pimenta / Roshan Paladugu
- 563 *To buy fine things*: trabalhos e perspectivas recentes sobre o consumo de importações mediterrâneas no Sul de Portugal durante o I milénio a.n.e.
Francisco B. Gomes
- 575 Arquitecturas orientais em terra na fronteira atlântica: novas abordagens do Projecto #BuildinginNewLands
Marta Lorenzon / Benjamín Cutillas-Victoria / Elisa Sousa / Ana Olaio / Sara Almeida / Sandra Guerra
- 585 Frutos, cultivos e madeira no Castro de Alvarelhos: a arqueobotânica do projeto CAESAR
Catarina Sousa / Filipe Vaz / Daniela Ferreira / Rui Morais / Rui Centeno / João Tereso

3. Antiguidade Clássica e Tardia

- 599 A propósito de machados polidos encontrados em sítios romanos do território português e a crença antiga nas “pedras de raio”
Fernando Coimbra
- 611 Unidades Organizativas e Povoamento no Extremo Ocidental da *Civitas* Norte-Lusitana dos *interannienses*: um ensaio
Armando Redentor / Alexandre Canha
- 625 As Termas Romanas da Quinta do Ervedal (Castelo Novo, Fundão)
Joana Bizarro
- 633 Paisagem rural, paisagem local: os primeiros resultados arqueológicos e arqueobotânicos do sítio da Terra Grande (*civitas Igaeditanorum*)
Sofia Lacerda / Filipe Vaz / Cláudia Oliveira / Luís Seabra / João Tereso / Ricardo Costeira da Silva / Pedro C. Carvalho

- 649 Recontextualização dos vestígios arqueológicos do *forum* de Coimbra. Uma leitura a partir da comparação tipo-morfológica
Pedro Vasco de Melo Martins
- 665 Sítio do Antigo (Torre de Vilela, Coimbra): uma possível *villa* suburbana de *Aeminium*
Rúben Mendes / Raquel Santos / Carmen Pereira / Ricardo Costeira da Silva
- 679 A fachada norte da Casa dos Repuxos (Conímbriga): resultados das campanhas de 2021 e 2022
Ricardo Costeira da Silva / José Ruivo / Vítor Dias
- 693 Intervenções Arqueológicas em Condeixa-a-Velha no âmbito das acções do Movimento para a Promoção da Candidatura de Conímbriga a Património Mundial da Unesco
Pedro Peça / Miguel Pessoa / Pedro Sales / João Duarte / José Carvalho / Fernando Figueiredo / Flávio Simões
- 707 O sítio arqueológico de São Simão, Penela
Sónia Vicente / Flávio Simões / Ana Luísa Mendes
- 723 O sítio arqueológico da Telhada (Vermoil, Pombal)
Patrícia Brum / Mariana Nabais / Margarida Figueiredo / João Pedro Bernardes
- 731 *Górgona* – um *corpus* de *opus sectile* na Lusitânia
Carolina Grilo / Lídia Fernandes / Patrícia Brum
- 741 *Villa* romana da Herdade das Argamassas. Delta, motivo de inspiração secular. Do mosaico ao café
Vítor Dias / Joaquim Carvalho / Cornelius Meyer
- 755 A Antiguidade Tardia no Vale do Douro: o exemplo de Trás do Castelo (Vale de Mir, Pegarinhos, Alijó)
Tony Silvino / Pedro Pereira / Rodolphe Nicot / Laudine Robin / Yannick Teyssonneyre
- 771 A Arqueologia Urbana em Braga: oportunidades e desafios. O caso de estudo da rua Nossa Senhora do Leite, n.ºs 8/10
Fernanda Magalhães / Luís Silva / Letícia Ruela / Diego Machado / Lara Fernandes / Eduardo Alves / Manuela Martins / Maria do Carmo Ribeiro
- 785 Balneário romano de São Vicente (Penafiel): projeto de revisão das estruturas construídas e do contexto histórico-arqueológico do sítio
Silvia González Soutelo / Teresa Soeiro / Juan Diego Carmona Barrero / Jorge Sampaio / Helena Bernardo / Claus Seara Erwelein
- 801 Um contexto cerâmico tardo-antigo da Casa do Infante (Porto)
João Luís Veloso / Paulo Dordio Gomes / Ricardo Teixeira / António Manuel S. P. Silva
- 815 Trabalhos arqueológicos no Patarinho (Santa Comba Dão, Viseu): caracterização de uma pequena área de produção vinícola no vale do Dão em época alto-imperial
Pedro Matos / João Losada
- 831 Sobre a ocupação tardia da *villa* da Quinta da Bolacha – estudo de um contexto de ocupação da casa romana
Vanessa Dias / Gisela Encarnação / João Tereso
- 843 Os materiais do sítio romano de Eira Velha (Miranda do Corvo) como índice cronológico das suas fases de construção
Inês Rasteiro / Ricardo Costeira da Silva / Rui Ramos / Inês Simão
- 859 Cerâmica de importação em *Talabriga* (Cabeço do Vouga, Águeda)
Diana Marques / Ricardo Costeira da Silva
- 873 Revisão dos objetos ponderais recuperados na antiga *Conimbriga* (Condeixa-a-Nova, Coimbra)
Diego Barrios Rodríguez / Cruces Blázquez Cerrato
- 885 O conjunto de pesos de tear do sítio romano de Almoínhas
Martim Lopes / Paulo Calaveiras / José Carlos Quaresma / Joel Santos

- 901 *A terra sigillata* e a cerâmica de cozinha africana na cidade de Lisboa no quadro do comércio do ocidente peninsular – O caso do edifício da antiga Sede do Banco de Portugal
Ana Beatriz Santos
- 915 Análise (im)possível dos espólios arqueológicos do sítio do Mascarro (Castelo de Vide, Portugal)
Sílvia Monteiro Ricardo
- 931 Reconstruindo a paisagem urbana de Braga desde a sua fundação até à cidade medieval: as ruas como objeto de estudo
Leticia Ruela / Fernanda Magalhães / Maria do Carmo Ribeiro
- 941 A dinâmica viária no vale do Rabagão: a via XVII e o contributo dos itinerários secundários
Bruno Dias / Rebeca Blanco-Rotea / Fernanda Magalhães
- 953 Resultados das leituras geofísicas de Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira
João Pimenta / Tiago do Pereiro / Henrique Mendes / André Ferreira
- 965 *Loca sacra*: Para uma topografia dos lugares simbólicos no atual Alentejo em época romana
António Diniz
- 977 Mosaicos da área de influência de *Pax Ivlia*
Maria de Fátima Abraços / Licínia Wrench
- 993 A exploração de pedras ornamentais na Lusitânia: Primeiros dados de um estudo em curso
Gil Vilarinho

4. Época Medieval

- 1009 A necrópole da Alta Idade Média do Castro de São Domingos (Lousada, Portugal)
Paulo André Pinho Lemos / Manuel Nunes / Bruno M. Magalhães
- 1025 A transformação e apropriação do espaço pelos edifícios rurais, entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média, no troço médio do vale do Guadiana (Alentejo, Portugal)
João António Ferreira Marques
- 1037 A reconfiguração do espaço rural na Alta Idade Média. Análise dos marcadores arqueológicos no Alto Alentejo
Rute Cabriz / Sara Prata
- 1047 O Castelo de Vale de Trigo (Alcácer do Sal): dados das intervenções arqueológicas
Marta Isabel Caetano Leitão
- 1061 Convento de Nossa Senhora do Carmo de Moura, um conjunto de silos medievais islâmicos: dados preliminares de uma das sondagens arqueológicas de diagnóstico
Vanessa Gaspar / Rute Silva
- 1075 Potes meleiros islâmicos – Contributo para o estudo da importância do mel na Idade Média
Rosa Varela Gomes
- 1085 Luxos e superstições – registos de espólio funerário e outras materialidades nas necrópoles islâmicas no Gharb al-Andalus
Raquel Gonzaga
- 1097 A Necrópole Islâmica do Ribat do Alto da Vigia, Sintra
Alexandre Gonçalves / Helena Catarino / Vânia Janeirinho / Filipa Neto / Ricardo Godinho
- 1115 O inédito pavimento Cisterciense da cidade de Évora
Ricardo D'Almeida Alves de Morais Sarmento
- 1129 Do solo para a parede: a intervenção arqueológica no Pátio do Castilho n.º 37-39 e a(s) Torre(s) de Almedina da muralha(s) de Coimbra
Susana Temudo

- 1145 Utensílios cerâmicos de uma cozinha medieval islâmica no espaço periurbano de al-Ushbuna (1ª metade do séc. XII)
Jorge Branco / Rodrigo Banha da Silva
- 1159 O convento de S. Francisco de Real na definição da paisagem monástico-conventual de Braga, entre a Idade Média e a Idade Moderna
Francisco Andrade
- 1169 “Ante o cruzeiro jaz o mestre”: resultados preliminares da escavação do panteão da Ordem de Santiago (séculos XIII – XVI) localizado no Santuário do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal)
Ana Rita Balona / Liliana Matias de Carvalho / Sofia N. Wasterlain
- 1181 Produções cerâmicas da Braga medieval: cultura e agência material
Diego Machado / Manuela Martins
- 1197 Agricultura e paisagem em Santarém entre a Antiguidade Tardia e o Período Islâmico a partir das evidências arqueobotânicas
Filipe Vaz / Luís Seabra / João Tereso / Catarina Viegas / Ana Margarida Arruda

5. Época Moderna

- 1215 A necrópole medieval e moderna de Benavente: resultados de uma intervenção de Arqueologia Preventiva
Joana Zuzarte / Paulo Félix
- 1229 Rua da Judiaria – Castelo de Vide: Aspetos gerais da intervenção arqueológica na eventual Casa do Rabino
Tânia Maria Falcão / Heloísa Valente dos Santos / Susana Rodrigues Cosme
- 1239 A coleção de estanho de Esposende
Elisa Maria Gomes da Torre e Frias-Bulhosa
- 1253 *Três barris num campo de lama*: dados preliminares para o estudo da vitivinicultura na cidade de Aveiro no período moderno
Diana Cunha / Susana Temudo / Pedro Pereira
- 1269 Aveiro como centro produtor de cerâmica: os vestígios da oficina olárica identificada na Rua Capitão Sousa Pizarro
Vera Santos / Sónia Filipe / Paulo Morgado
- 1283 A Casa Cordovil: contributo para o conhecimento de Évora no Período Moderno
Leonor Rocha
- 1295 Reconstruir a Cidade: o pré e o pós-terramoto na Rua das Escolas Gerais, nº 61 (Lisboa)
Susana Henriques
- 1305 Lazareto, fortaleza e prisão: arqueologia do Presídio da Trafaria (Almada)
Fabián Cuesta-Gómez / Catarina Tente / Sérgio Rosa / André Teixeira / Francisca Alves Cardoso / Sílvia Casimiro
- 1319 Conhecer o quotidiano do Castelo de Palmela entre os séculos XV e XVIII através dos artefactos metálicos em liga de cobre
Luís F. Pereira
- 1331 Um forno de cerâmica do início da Época Moderna na Rua Edmond Bartissol, Setúbal
Victor Filipe / Eva Pires / Anabela Castro
- 1341 A necrópole da Igreja Velha do Peral (Proença-a-Nova)
Anabela Joaquineto / Francisco Henriques / Francisco Curate / Carla Ribeiro / Nuno Félix / Fernando Robles Henriques / João Caninas / Hugo Pires / Paula Bivar de Sousa / Carlos Neto de Carvalho / Isabel Gaspar / Pedro Fonseca
- 1357 A materialização da morte em Bucelas entre os séculos XV e XIX. Rituais, semiótica e simbologias
Tânia Casimiro / Dário Ramos Neves / Inês Costa / Florbela Estevão / Nathalie Antunes-Ferreira / Vanessa Filipe

- 1369 Ficam os ossos e ficam os anéis: objetos de adorno e de crença religiosa da necrópole do Convento dos Lóios, Lisboa
João Miguez / Marina Lourenço
- 1379 “Não ha sepultura onde se não tenham enterrado mais de dez cadáveres”: as valas comuns de época moderna da necrópole do Hospital dos Soldados (Castelo de São Jorge, Lisboa), uma prática funerária de recurso
Carina Leirião / Liliana Matias de Carvalho / Ana Amarante / Susana Henriques / Sofia N. Wasterlain
- 1391 Estudo tafonómico de uma coleção osteológica proveniente da Igreja da Misericórdia em Almada
Maria João Rosa / Francisco Curate
- 1403 Variabilidade formal e produtiva da cerâmica moderna na cidade de Braga: estudo de caso
Lara Fernandes / Manuela Martins / Maria do Carmo Franco Ribeiro
- 1415 Representações femininas na faiança portuguesa de Santa Clara-a-Velha: desigualdade, subalternização, emancipação
Inês Almendra Castro / Tânia Manuel Casimiro / Ricardo Costeira da Silva
- 1427 Poder, família, representação: a heráldica na faiança de Santa Clara-a-Velha
Danilo Cruz / Tânia Casimiro / Ricardo Costeira da Silva
- 1437 A Chacota de Faiança a uso e o significado social do seu consumo em Lisboa, nos meados-finais do século XVII: a amostragem do Hospital dos Pescadores e Mareantes de Alfama
André Bargão / Sara da Cruz Ferreira / Rodrigo Banha da Silva
- 1445 Algumas considerações sobre os artefactos em ligas metálicas descobertos no Palácio Sant’Anna em Carnide, Lisboa
Carlos Boavida / Mário Monteiro
- 1461 Os cachimbos cerâmicos dos séculos XVII e XVIII do Palácio Almada-Carvalhais (Lisboa)
Sara da Cruz Ferreira / André Bargão / Rodrigo Banha da Silva / Tiago Nunes
- 1469 Tróia fumegante. Os cachimbos cerâmicos modernos do sítio arqueológico de Tróia
Miguel Martins de Sousa / Tânia Manuel Casimiro / Filipa Araújo dos Santos / Mariana Nabais / Inês Vaz Pinto
- 1483 Um copo para muitas garrafas. Algumas palavras sobre um conjunto de vidros modernos e contemporâneos encontrados na Praia da Alburrica (Barreiro)
Carlos Boavida / António González
- 1495 *A Gran Principessa di Toscana*, um naufrágio do século XVII no Cabo Raso (Cascais)
Sofia Simões Pereira / Francisco Mendes / Marco Freitas
- 1503 Condições ambientais e contexto arqueológico na margem estuarina de Lisboa: dados preliminares da sondagem ESSENTIA (Av. 24 de Julho | Rua Dom Luís I)
Margarida Silva / Ana Maria Costa / Maria da Conceição Freitas / José Bettencourt / Inês Mendes da Silva / Tiago Nunes / Mónica Ponce / Jacinta Bugalhão
- 1517 Evolução ambiental do estuário do Rio Cacheu, Guiné-Bissau: dados preliminares
Rute Arvela, Ana Maria Costa, Maria da Conceição Freitas, Rui Gomes Coelho
- 1525 Extrair informação cultural de madeiras náuticas: uma experiência em Lisboa
Francisco Mendes / José Bettencourt / Marco Freitas / Sofia Simões Pereira
- 1535 Ferramentas, carpinteiros e calafates a bordo da fragata *Santo António de Taná* (Mombaça, 1697)
Patrícia Carvalho / José Bettencourt
- 1547 Parede 1, Carcavelos 12 e Carcavelos 13: três naufrágios da Guerra Peninsular?
José Bettencourt / Augusto Salgado / António Fialho / Jorge Freire
- 1555 Estudo zooarqueológico e tafonómico de um silo de época moderno-contemporânea da Casa Cordovil, Évora
Catarina Guinot / Nelson J. Almeida / Leonor Rocha

- 1569 Uma aproximação à Arqueologia de Paisagem: a paisagem fluvial e as dimensões da sua exploração, comunicação e ocupação
Patrícia Alho / Vanda Luciano
- 1575 Dos Arquivos ao Trabalho de Campo: o Estudo da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar (Portimão)
Bruna Ramalho Galamba
- 1583 Palácio Vaz de Carvalho, a diacronia de um sítio: da Pré-História à Contemporaneidade
Anabela Sá / Inês Mendes da Silva
- 1595 *Um olhar sobre o passado*: apresentação dos resultados de uma intervenção arqueológica na Figueira da Foz
Bruno Freitas / Sérgio Gonçalves / André Donas-Botto
- 1607 Todos os metros contam, 200 mil anos num quarteirão? O caso das Olarias de Leiria
Ana Rita Ferreira / André Donas-Botto / Cláudia Santos / Luís Costa

6. Época Contemporânea

- 1625 Navios de ferro: contributos para uma abordagem arqueológica aos naufrágios de Idade Contemporânea em Portugal
Marco Freitas / Francisco Mendes / Sofia Simões Pereira
- 1637 *Das peles e dos rebites*: o processo de inventariação arqueológica da Central do Biel e da Fábrica de Curtumes do Granjo (Vila Real)
Pedro Pereira / Fernando Silva
- 1649 Seminário Maior de Coimbra: o contributo da arqueologia num espaço em reabilitação
Constança dos Santos / Sónia Filipe / Paulo Morgado / Gina Dias
- 1663 Paradigmas de Preservação e Valorização do Património Monumental nas Linhas de Torres Vedras. Abordagem às intervenções realizadas no Forte da Archeira (Torres Vedras), no Forte 1.º de Suberra e na Bateria Nova de Suberra (Vila Franca de Xira)
João André Perpétuo / Miguel Martins de Sousa / João Ramos
- 1677 Pavimentos em mós na arquitetura saloia: novos dados na Amadora
Nuno Dias / Catarina Bolila / Vanessa Dias / Gisela Encarnação
- 1685 O Tejo e a industrialização: como Lisboa “invadiu” o rio no século XIX
Inês Mendes da Silva
- 1695 As Alcaçarias do Duque. A redescoberta dos últimos banhos públicos de Alfama
Filipe Santos
- 1709 Memorial da Serralharia – Arqueologia do Passado Recente no Hospital de São José
João Sequeira / Carlos Boavida / Afonso Leão
- 1723 *kana, fornadja y kumunidadi*: Um caso de estudo da produção e transformação da cana sacarina na Ribeira dos Engenhos (Ilha de Santiago)
Nireide Pereira Tavares
- 1735 Personagens Escondidas: À procura das emoções esquecidas das mulheres na indústria portuguesa. Uma análise arqueológica através de novas materialidades
Susana Pacheco / Joel Santos / Tânia Manuel Casimiro
- 1747 Sós mas não Esquecidos. Por uma Arqueologia da Solidão
Joel Santos / Susana Pacheco

7. Arte Rupestre

- 1761 O projeto First-Art (*Extension*): determinação cronológica e caracterização dos pigmentos nas fases iniciais da Arte Rupestre Paleolítica
Sara Garcês / Hipólito Collado / Hugo Gomes / Virginia Lattao / George Nash / Hugo Mira Perales / Diego Fernández Sánchez / José Julio García Arranz / Pierluigi Rosina / Luiz Oosterbeek

- 1771 Mais perto da conclusão: novo ponto da situação da prospecção e inventário da arte rupestre do Côa
Mário Reis
- 1787 Propostas metodológicas para a conservação dos sítios com Pinturas Rupestres da Pré-História recente no Vale do Côa
Vera Moreira Caetano / Fernando Carrera / Lara Bacelar Alves / António Batarda Fernandes / Teresa Rivas / José Santiago Pozo-Antonio
- 1801 Alguma cor num fundo de gravura: principais conjuntos da pintura pré-histórica do Vale do Côa
Lara Bacelar Alves / Andrea Martins / Mário Reis
- 1815 Desde a crista, olhando para o Tejo – os abrigos com pintura esquemática do Pego da Rainha (Mação, Portugal)
Andrea Martins
- 1841 Gravuras rupestres da rocha 2 da Lomba do Carvalho (Almaceda, Castelo Branco).
Informação empírica e hipóteses interpretativas
Mário Varela Gomes
- 1859 Um novo olhar sobre as gravuras de labirintos: o caso do Castelinho (Torre de Moncorvo, Portugal)
Andreia Silva / Sofia Figueiredo-Persson / Elin Figueiredo
- 1875 Os seixos incisos da Idade do Ferro de São Cornélio (Sabugal, Alto Côa)
Luís Luís / Marcos Osório / André Tomás Santos / Anna Lúcia Vitale / Raquel Vilaça
- 1891 Entre topónimos e lendas. Explicações das sociedades rurais para o fenómeno podomórfico do nordeste de Trás-os-Montes
José Moreira
- 1905 Os grafitos molinológicos ou a realidade (in)visível das moagens hidráulicas tradicionais: resultados da aplicação de um inédito roteiro metodológico (Lousada, Norte de Portugal)
Manuel Nunes / Paulo André P. Lemos

8. Arqueologia Pública, Comunicação e Didática

- 1923 Património Mundial e Valor Social: Uma Investigação sobre os Sítios Pré-históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa e de Siega Verde
José Paulo Francisco
- 1931 Parque Arqueosocial do Andakatu em Mação. Boas práticas para a sustentabilidade e disseminação do conhecimento científico
Hugo Gomes / Sara Garcês / Luiz Oosterbeek / Pedro Cura / Anabela Borralheiro / Rodrigo Santos / Sandra Alexandre
- 1943 Vila Nova de São Pedro e a Arqueologia Pública – a consolidação de um projecto através dos agentes da sua história
José M. Arnaud / Andrea Martins / César Neves / Mariana Diniz
- 1963 O Monumento Pré-histórico da Praia das Maças (Sintra): atividades de divulgação e educação patrimonial realizadas no âmbito das recentes escavações arqueológicas
Eduardo Porfírio / Catarina Costeira / Teresa Simões
- 1979 A Idade do Bronze como ferramenta de Educação e Divulgação em Arqueologia – O Projeto Outeiro do Circo 2022-2023
Sofia Silva / Eduardo Porfírio / Miguel Serra
- 1993 Arqueologia Pública: a Festa da Arqueologia como caso de estudo
Carla Quirino / Andrea Martins / Mariana Diniz
- 2013 Open House Arqueologia – a aproximação da disciplina científica aos cidadãos
Lídia Fernandes / Carolina Grilo / Patrícia Brum
- 2025 “Cada cavadeira sua minhoca”: Arqueologia Pública e Comunicação através do caso de estudo do Largo do Coreto e envolvente em Carnide (Lisboa)
Ana Caessa / Nuno Mota

- 2037 Grupo CIGA: comunicar e divulgar a cerâmica islâmica
Isabel Inácio / Jaquelina Covaneiro / Isabel Cristina Fernandes / Sofia Gomes / Susana Gómez / Maria José Gonçalves / Marco Liberato / Gonçalo Lopes / Constança Santos / Jacinta Bugalhão / Helena Catarino / Sandra Cavaco
- 2047 O Forte de São João Batista da Praia Formosa: a recuperação virtual e a reconstrução da memória
Diogo Teixeira Dias / Sérgio Gonçalves
- 2059 Entre a Universidade e a profissão: A experiência de um Estágio Curricular narrada na primeira pessoa
Mariana Santos
- 2069 A Arqueologia e os seus Públicos: relação dos Arqueólogos com os outros Cidadãos no âmbito da Contemporaneidade
Florabela Estêvão / Vítor Oliveira Jorge
- 2079 Arqueologia e Comunicação na era da Big Data: do sítio arqueológico ao registo de monumentos e paisagens. Será este um dia FAIR?
Ariele Câmara / Ana de Almeida / João Oliveira / Daniel Marçal
- 2091 Exposição de Arte-Arqueologia: Artefactos do Descarte
Pedro da Silva / Inês Moreira

9. Historiografia e Teoria

- 2103 Pré-História e “Antropologia Cultural”: repensar esta interface
Vítor Oliveira Jorge
- 2115 “Onde está o Wally?” Representações de mulheres nos museus de Pré-História
Sara Brito
- 2125 “Criei o hábito de geralmente ignorar”: sexismo, assédio e abuso sexual em Arqueologia
Liliana Matias de Carvalho / Sara Simões / Sara Brito / Jacinta Bugalhão / Miguel Rocha / Mauro Correia / Regis Barbosa / Raquel Gonzaga
- 2137 O ensino da Arqueologia em Portugal
Jacinta Bugalhão
- 2149 O Grupo Pró-Évora e o curso de arqueologia de 1968: uma primeira aproximação ao tema
Ana Cristina Martins
- 2161 Andanças na Arqueologia Urbana da Cidade de Coimbra: Um Historial de Duas Décadas do Processo Metro Mondego
António Batarda Fernandes
- 2177 Peixes de Água Doce e Migradores de Portugal: Sistematização da Informação Zooarqueológica
Miguel Rodrigues / Filipe Ribeiro / Sónia Gabriel
- 2191 Extração de Conhecimento em Arqueologia: primeiros resultados da aplicação a dados portugueses
Ivo Santos
- 2199 A Igreja do Carmo de Lisboa: um exemplo de arqueologia vertical com 600 anos
Célia Nunes Pereira

10. Gestão, Valorização e Salvaguarda do Património

- 2215 A simplificação legislativa e os desafios à atividade arqueológica
Gertrudes Branco
- 2223 IPA / IGESPAR, IP / DGPC – Extensão de Torres Novas: 25 anos
Sandra Lourenço / Gertrudes Zambujo / Cláudia Manso
- 2239 O futuro do Património Arqueológico Subaquático: Uma perspetiva através do ensino
Adolfo Silveira Martins / Alexandra Figueiredo / Cláudio Monteiro / Adolfo Miguel Martins

- 2245 **Recomendações de Boas-Práticas em Arqueologia de Ambientes Húmidos**
Ana Maria Costa / Cândida Simplício / Cristóvão Fonseca / Jacinta Bugalhão / João Pedro Tereso / José Bettencourt / José António Gonçalves / Miguel Lago / Pedro Barros / Rodrigo Banha da Silva
- 2261 **A inventariação e georreferenciação do Património Cultural Marítimo no *Endovéllico***
Pedro Barros / Jacinta Bugalhão / Gonçalo C. Lopes / Cristóvão Fonseca / Pedro Caleja / Filipa Bragança / Sofia Pereira / Ana Sofia Gomes
- 2273 **A piroga monóxila Lima 7 e os desafios que o rio nos apresenta**
José António Gonçalves / João Marrocano
- 2291 **A paisagem marítima do litoral do Minho. Uma primeira aproximação à paisagem económica de Viana do Castelo**
Tiago Silva
- 2301 **O projeto TURARQ – Turismo Arqueológico para a compreensão da cultura e das interações ambientais**
Hugo Gomes / Sara Garcês / Marco Martins / Anícia Trindade / Douglas O. Cardoso / Eduardo Ferraz / Luiz Oosterbeek
- 2307 **Tecnologias de Detecção Remota aplicadas ao Descritor do Património: da prática à reflexão**
Gabriel Pereira / Nuno Barraca / Mauro Correia / Gustavo Santos
- 2321 **Procedimentos a adotar na manipulação de materiais arqueológicos para análises de resíduos orgânicos: as práticas instituídas e os equívocos**
César Oliveira
- 2331 **Arqueologia da Arquitetura aplicada ao estudo dos espaços construídos: uma metodologia de análise**
Eduardo Alves / Rebeca Blanco-Rotea
- 2343 **Almada Velha: um projeto municipal de gestão arqueológica**
André Teixeira / Sérgio Rosa / Telmo António / Rodrigo Banha da Silva / João Gonçalves Araújo / Eva Pires / Beatriz Calapez Santos / Fátima Alves / Francisco Curate / Leonor Medeiros / Joana Esteves / Alexandra P. Rodrigues / André Bargão / Joana Mota
- 2357 **Um projeto de Arqueologia atlântica: a ERA na Madeira**
Arlette Figueira / Miguel Lago
- 2365 **Abordagens Interdisciplinares para o Estudo Histórico e Arqueológico do Património Têxtil: Experiências e Perspetivas da Ação COST EuroWeb**
Catarina Costeira / Francisco B. Gomes / Paula Nabais / Alina Iancu
- 2381 **Umas termas debaixo dos vossos pés: o Projeto de Estudo e Valorização do Criptopórtico Romano de Lisboa (CRLx)**
Nuno Mota / Ana Caessa
- 2393 **Arqueologia Urbana no Município de Coimbra**
Sérgio Madeira / Ana Gervásio / Clara Sousa / Joana Garcia / Raquel Santo
- 2407 **A Cidade como ponto de (Re)encontro com o seu território**
Raquel Santos / Ana Gervásio / Clara Sousa / Joana Garcia / Sérgio Madeira
- 2419 **Os antigos sistemas de gestão de água de Coimbra: características formais e estado da arte**
Paulo Morgado / Sónia Filipe
- 2433 **Ecologias da liberdade: materialidades da escravidão e pós-emancipação no mundo atlântico. Um projeto em curso em Portugal e na Guiné-Bissau**
Rui Gomes Coelho / Ana Maria Costa / João Tereso / Maria da Conceição Lopes / Maria da Conceição Freitas / Patrícia Mendes / Rute Arvela / Sandra Gomes / Sara Simões / Sónia Gabriel
- 2441 **Centro Interpretativo do Urbanismo e da História do Crato – Resultados da intervenção arqueológica**
Susana Rodrigues Cosme / Tânia Maria Falcão / Heloísa Valente dos Santos

ANDANÇAS NA ARQUEOLOGIA URBANA DA CIDADE DE COIMBRA: UM HISTORIAL DE DUAS DÉCADAS DO PROCESSO METRO MONDEGO

António Batarda Fernandes¹

RESUMO

O projeto do Metro Mondego tem vindo a desenrolar-se desde o início do século XXI, motivando profundas alterações urbanísticas na cidade de Coimbra, nomeadamente no eixo Av. Cidade de Aeminium – Câmara Municipal. Por outro lado, este projeto originou diversas intervenções que vieram contribuir para uma melhor caracterização da evolução do Centro Histórico da cidade de Coimbra ao longo do tempo, nomeadamente da zona da “Baixinha – Bota-Abaixo”. O objetivo da presente comunicação é o de realizar um historial deste empreendimento, abrangendo o período entre 2002 e 2022, do ponto de vista da arqueologia urbana e da sua salvaguarda, exclusivamente a partir da documentação relativa ao processo mantida em arquivo na Direção Regional de Cultura do Centro.

Palavras-chave: Arqueologia Urbana; Metro Mondego; Coimbra.

ABSTRACT

The Metro Mondego project has been unfolding since the beginning of the 21st century, leading to profound urban changes in the city of Coimbra, namely in its downtown area. On the other hand, the project involved several interventions that undoubtedly contributed to better characterize the evolution of the city of Coimbra over time, namely in its Historic Centre. The objective of this paper is to carry out a history of this undertaking, covering the period between 2002 and 2022, from the point of view of urban archaeology and its safeguard, based exclusively on the documentation relating to the process kept by the Regional Directorate of Culture of the Center of Portugal.

Keywords: Urban Archaeology; Metro Mondego; Coimbra.

1. INTRODUÇÃO

Pretende-se nesta ocasião realizar crónica objetiva, historiando os resultados mais relevantes das intervenções já realizadas, bem como detalhando peças processuais significativas relativamente ao processo do Metro Mondego (MM)². Crê-se útil tal cometimento, de forma a depurar, reunir e suma-

riar, igualmente para memória futura, informação significativa mantida em arquivo na Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC) para a história de Coimbra, como também para a própria história da Arqueologia Urbana portuguesa.

Uma vez que este é um processo que se prolonga pelas duas últimas décadas³, as mudanças organizacionais no seio da gestão da atividade arqueológica em

1. Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP); Direção Regional de Cultura do Centro / batarda@outlook.com

2. Usa-se a designação que corresponde àquela da Sociedade Anónima promotora do projeto, independentemente da solução técnica adotada para o transporte de passageiros. Não sendo objetivo do presente escrito realizar um historial do projeto do MM em si, nomeadamente das alterações técnicas e de traçado introduzidas ao longo do tempo, recomenda-se consulta do website da empresa em <https://www.metromondego.pt/pt/empresa>, nomeadamente da seção “Documentos”.

3. A presente análise incide no período que decorre desde o início do processo até setembro de 2022.

Portugal, desenvolvida por sucessivas instituições, refletem-se necessariamente neste historial, ocasionando alterações no enquadramento deste processo. Por outro lado, alterações nas servidões administrativas concernentes, devido ao acrescimento de novos bens à lista do Património Classificado, motivaram igualmente a necessidade de proceder a estudos complementares no âmbito deste projeto.

Destas andanças, necessariamente transversais à biografia recente da atividade arqueológica em Portugal, se tentará dar conta na presente comunicação, ensaiando assim traçar uma primeira abordagem ao historial evolutivo de um processo complexo e dinâmico, profundamente enredado na história recente, e menos recente, da cidade e do país.

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Devido à necessidade de dispor à data atual de informação relativa à totalidade das peças processuais existentes em arquivo na DRCC que respeitam ao processo complexo e dilatado no tempo que é a construção do MM, foi solicitado ao presente autor, no âmbito das funções profissionais que presenteiramente desempenha, que procedesse à elaboração do seu historial. À medida que a tarefa foi avançando, consultados de forma sistemática os 22 volumes que constituem o arquivo do processo, e anotados os dados mais relevantes, foi sendo apercebido que esta era uma oportunidade para dar conta da informação que, ao longo dos anos, uma instituição como a DRCC reuniu sobre um processo importante. De facto, em virtude de diferentes vicissitudes, nomeadamente daquelas relatadas imediatamente infra, verificou-se que muita informação relevante não constava do processo. Assim, este exercício constitui testemunho da informação oficial que foi sendo enviada à DRCC e que esta instituição guardou, constituindo assim o arquivo disponível relativo a este processo existente nesta Direção Regional.

Por questões que não importa aqui detalhar, verificou-se desde o início do século, até à sua aglutinação na DGPC (Direção-Geral do Património Cultural) e nas DRC (Direções Regionais de Cultura [do Norte, do Centro, do Alentejo ou do Algarve]), ocorrida em 2012, uma alocação de competências do Estado no âmbito da arqueologia preventiva e de salvaguarda em diferentes instituições. Foram tais instituições o IPA (Instituto Português de Arqueologia), o IPPAR

(Instituto Português do Património Arqueológico) e, após o desaparecimento destas duas, o IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico) e as DRC (Bugalhão, 2021, pp. 99-117). Note-se, por exemplo, que, aquando da criação do IGESPAR, “as Extensões Territoriais (do extinto IPA) se mantiveram na estrutura do IGESPAR (perpetuando assim a sobreposição de âmbitos de atuação entre estas e as DRC1)” (Bugalhão, 2021, p. 112); estas últimas atuavam exclusivamente na valorização e salvaguarda do património a si afeto e em áreas classificadas (Bugalhão, 2021, p. 105). Note-se ainda que o IPA havia assumido a participação institucional por parte da tutela nos processos AIA (Avaliação de Impacte Ambiental) relativamente ao Património Arqueológico, classificado ou não (Bugalhão, p. 110). Tais vicissitudes levaram a que nem todos os procedimentos processuais relacionados com o MM tivessem sido analisados pela DRCC. Exemplo disso são processos que foram apenas objeto de análise pelo IPA até final da década de 2010, tendo inclusive sido identificadas indicações manuscritas nas peças processuais examinadas de que se tratando de uma intervenção arqueológica fora de qualquer Zona de Proteção (ZP) se considerava não ser pertinente emitir condicionantes por parte da DRCC. Por outro lado, haverá passos processuais em que não tendo sido a DRCC alvo de qualquer solicitação para análise e emissão de parecer, nada constará em arquivo relativamente a essas situações.

Durante as duas décadas em que o processo do MM se desenrolou, ocorreram alterações no âmbito do património classificado afetado pelo projeto. Exemplos paradigmáticos são o da classificação, e fixação das respetivas Zonas Especiais de Proteção (ZEP), em 2011 do Hotel Astória, e, já em 2013, da Estação Nova de Coimbra, ambos como monumento de interesse público (MIP). Tal levou a que logo a partir de 2011 o troço Alto de São João – Portagem passasse a colher análise por parte da DRCC, quando até então apenas no troço Arnado – Hospital tal sucedia, por via da servidão administrativa constituída pelo Mosteiro de Santa Cruz, e sua ZEP⁴, classificado como monumento nacional (MN). Note-se que a Rua da Sofia se encontrava já classificada como imóvel de

4. A designação integral é “ZEP conjunta do Mosteiro de Santa Cruz, da Igreja de São João das Donas e do antigo claustro da Manga do Mosteiro de Santa Cruz”.

interesse público (IIP) desde 1971, sendo posteriormente, em 2013, alvo de classificação como MN⁵, na decorrência do processo mais abrangente de classificação como Património Mundial da Universidade de Coimbra: Alta e Sofia.

Concluindo esta introdução, note-se que por questões de espaço se optou por condensar a informação disponível, uma vez que o documento sintetizando toda a informação disponível em arquivo realizado pelo signatário após consulta de todo o processo totaliza 33 páginas. Assim, a seleção e edição do que aqui se apresenta é da exclusiva responsabilidade do autor, que almejou apresentar um resumo sintético, objetivo e imparcial da informação tratada.

3. O PROCESSO METRO MONDEGO

Com o objetivo de melhor ordenar os dados relativos a este processo, optou-se por organizar esta parte do texto em secções subordinadas à exposição da informação disponível agrupada por tópicos específicos, como sistematizada pelo autor. Embora as questões abordadas estejam evidentemente interligadas, julga-se que uma apresentação adequada dos diversos factos atinentes a um processo complexo beneficiará de tal metodologia.

3.1. Momentos iniciais

O documento mais antigo que consta no processo data de 2002 e é relativo a parecer ao anteprojeto apresentado pelo Metro Mondego relativo ao traçado do “Metropolitano Ligeiro do Mondego”. O parecer da então Direcção Regional de Coimbra do IPPAR (DRC/IPPAR) é de aprovação condicionada a acompanhamento arqueológico das obras em toda a sua extensão sendo considerada inviável a afetação do topo do Jardim da Sereia (zona nascente confinante e paralela às Ruas de Tomar e Pedro Monteiro) para construção de viaduto ligeiro para passagem do Metro, dando nota, porém, de que uma alternativa proposta sob a forma da não construção de viaduto, mas seguindo o mesmo traçado poderia ser aceite, desde que o projeto propusesse integração adequada da solução a implementar.

5. Note-se que a abertura deste procedimento de classificação remonta a 2011, o que significa que desde essa data a DRC já era chamada a emitir pareceres na área abrangida pela proposta de classificação.

Em 2003 é emitido parecer da DRC/IPPAR ao anteprojeto ao Estudo Preliminar do MM em que são rejeitadas propostas mais intrusivas e notada como a solução mais aceitável aquela que, *grosso modo*, se encontra a ser implementada, nomeadamente desde a Av. Aeminium até aos Hospitais da Universidade de Coimbra, com passagem pela Rua Olímpio Nicolau Fernandes, Praça da República e Cruz de Celas, abandonado que foi o ‘desvio’ que serviria a Universidade com passagem na base das Escadas Monumentais, Arcos do Jardim e topo do Jardim da Sereia. No que respeita ao restante traçado, assinala-se apenas o não seguimento total do traçado da linha ferroviária do antigo ramal da Lousã entre o Alto de S. João e S. José, realizando-se desvio até à Solum (ver Figuras 1, 2 e 3).

3.2. O processo de AIA

A 02/04/2004 é emitida a Declaração de Impacte Ambiental (DIA) do Anteprojeto do “Metropolitano Ligeiro do Mondego”⁶, estabelecendo uma série de condicionantes e estudos a desenvolver do ponto de vista do Património Cultural, incluindo, em diferentes fases do projeto, prospeção arqueológica sistemática do traçado e de outras áreas funcionais, realização de sondagens e escavações arqueológicas prévias e acompanhamento arqueológico integral de obra, contemplando um profissional de Arqueologia por frente de trabalho. Posteriormente, em junho de 2007, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) informa da prorrogação da DIA até 31/12/2008. Os documentos mantidos em arquivo pela DRCC acerca do processo AIA dizem respeito aos dois troços do MM que seguidamente se abordam.

3.2.1. Troço Av. Aeminium – Câmara Municipal de Coimbra (CMC)

Em setembro de 2010 é emitido parecer pela Comissão de Avaliação (CA) ao Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE) do Troço Av. Aeminium – CMC⁷. Assim, considerando-se como cumpridas as condicionantes estabeleci-

6. Consultável aqui: <https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA1102/DIA1102.pdf>.

7. Consultável aqui: https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/RECAPE349/parecerca_setembro2010202012916258.pdf

das na DIA⁸, são solicitadas pequenas correções a elementos cartográficos incluídos em Estudos e Projetos desenvolvidos. De maior relevo são as questões suscitadas em sede de Medidas de Minimização (MdM). Assim, embora sejam consideradas como cumpridas algumas MdM preconizadas na DIA, solicita-se a demarcação das áreas de implantação e impacte deste troço, nomeadamente de todas as parcelas de edificado a intervir, bem como de todas as sondagens arqueológicas efetuadas, das áreas integralmente escavadas, das principais estruturas arqueológicas identificadas e das áreas onde ainda não se haviam realizado trabalhos arqueológicos, justificando porque tal não havia sucedido. Solicita-se igualmente a diferenciação do edificado que estava previsto demolir, desconstruir ou alterar de modo profundo que já havia sido alvo de levantamento, como previsto na DIA, daquele em que o levantamento ainda não tinha sido realizado. É também solicitada a apresentação de Plano de Proteção/Valorização das estruturas arqueológicas descobertas até ao momento e que não iriam ser diretamente afetadas pela implementação deste troço. São igualmente estabelecidas uma série de condicionantes para as diferentes fases da obra, detalhando as MdM já definidas na DIA.

Já a 06/03/2012, é emitido parecer a elementos Pós-RECAPE enviados dando-se nota de que, embora a maioria das questões previamente notadas tenham sido respondidas pelo promotor, algumas lacunas importantes ainda subsistem. Assim, assinala-se que as escavações arqueológicas prévias a realizar deveriam suceder antes do início das obras, nomeadamente na zona a demolir da “Baixinha”, o que até aquele momento ainda não tinha sucedido. Para a fase de construção, preconiza-se que as obras de recuperação e consolidação dos edifícios a manter deveriam ser executadas antes das demolições a ocorrer, notando que é fundamental apresentar um Cronograma da Execução Física da obra. É ainda assinalado que em virtude da fixação da ZEP provisória da Universida-

8. Com a exceção de uma alteração proposta pelo MM visando a circulação de BUS neste troço, o que a DIA expressamente não permitia. Posteriormente a APA comunica, em Ofício com saída a 16/11/2011, a aprovação pelo Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território do XIX Governo Constitucional de alteração à DIA de modo a acomodar a proposta do MM.

de de Coimbra – Alta e Sofia, decorrente da abertura de processo de classificação deste bem patrimonial, a DRCC teria de se pronunciar sobre todos os projetos que se encontrassem inseridos nesta área e não só sobre aqueles que integravam a ZP da Rua da Sofia ou a ZEP do Mosteiro de Santa Cruz. É ainda indicado que a Planta de Condicionantes a constar do Plano de Gestão Ambiental (PGA) deveria ser devidamente reformulada, compreendendo síntese dos imóveis classificados na área do projeto e respetivas zonas de proteção, incluindo a ZEP da Universidade – Alta e Sofia.

A 09/04/2013 a DRCC volta a emitir parecer sobre este troço, desta vez abordando nova resposta do promotor acerca das questões suscitadas, como notadas no parágrafo precedente. É assim apresentado um Cronograma da Execução Física comprometendo-se o MM, quando houvesse decisão sobre o calendário físico do projeto, a fornecer cronograma mais detalhado. O parecer da DRCC reitera que as escavações arqueológicas prévias a realizar deveriam suceder antes do início das obras. No mais, é notado que a Planta de Condicionantes foi reformulada e anexada ao PGA e que a parcela 24, embora corresponda a um imóvel construído/remodelado nos anos de 1990, que ainda não havia sido demolido e cujo projeto de intervenção ainda não sido tinha aprovado, deveria ser objeto de parecer pela tutela, uma vez que se localiza nas ZEPs do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, e da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia.

3.2.2. Troço São José – Portagem

No final de 2009, é solicitada a anulação do Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos para realização do RECAPE do troço São José – Portagem do Projeto do MM, uma vez que o projeto inicial sofreu alterações, fazendo com que nenhum Monumento Classificado, ou em Vias de Classificação, nem zona de proteção fosse afetada pelo novo traçado. Como já supra notado, a situação irá alterar-se com a classificação do Hotel Astória em 2011 e da Estação Nova em 2013.

Em dezembro de 2011 é emitido parecer pela CA ao RECAPE do Troço Portagem – São José⁹, preconizando que o mesmo deveria ser reformulado. Relativamente ao Património são várias as questões que

9. Consultável aqui: <https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/RECAPE281/parecerca4252014910175822.pdf>

deveriam ser revistas, nomeadamente aquela concernente ao entretanto classificado Hotel Astória, notando-se ainda que não tinha sido apresentado projeto de arquitetura para análise e parecer, ao contrário do estabelecido pela DIA. Entre outras questões omissas e que haviam igualmente sido definidas em sede de DIA, notam-se igualmente o fecho das rampas fluviais de acesso ao Rio Mondego, situadas junto à Estação de Coimbra A, ação que deveria ser avaliada do ponto de vista da arqueologia subaquática, face ao reconhecido interesse patrimonial da zona, e a não prospeção das áreas de estaleiro e de depósito e empréstimo de terras apesar de já estarem as mesmas assinaladas na cartografia fornecida.

A 17/08/2015 a DRCC propõe à DGPC¹⁰ aprovação de Aditamento 2 ao relatório sobre a situação de referência do descritor património arqueológico, arquitetónico e etnográfico relativo ao Troço Portagem – São José. Este Aditamento foi ditado pela necessidade de atualizar a informação constante do relatório inicial, uma vez que, entretanto, se registaram alterações no que diz respeito ao património arqueológico que importava considerar. São estas alterações a revisão do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas de Coimbra, a classificação, já referida, da Estação Nova como MIP e o facto de parte da área abrangida pelo estudo ter passado a estar inserida, desde 2013, dentro da zona tampão da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, bem inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO. Assim foram reforçadas as condicionantes anteriormente emitidas ao projeto, notando-se que a instalação de áreas de estaleiro não contempladas no RECAPE deveria ser precedida de prospeção e acompanhamento arqueológico de obra. No caso de serem feitos trabalhos com afetação de solo, todas as ações que envolvessem o revolvimento e escavação de solo deveriam ser objeto de acompanhamento arqueológico e que deveriam ser realizadas sondagens arqueológicas de diagnóstico prévio na zona da Portagem/Estação Nova. Reiterou-se ainda que o fecho das rampas fluviais de acesso ao Rio Mondego localizadas junto à Estação Nova deveria ser alvo de acompanhamento arqueológico por arqueólogo especializado em intervenções em meios húmidos.

10. Nesta altura, cabia já à DGPC a aprovação final deste tipo de pareceres.

3.3. Intervenção na “Baixinha”

Nesta secção detalham-se os factos relacionados com o “Canal” de atravessamento da Baixa pelo MM entre a Av. Cidade de Aeminium e a Rua da Sofia; *grosso modo*, entre a Azinhaga do Pitorra, a zona onde hoje se localiza o edifício da Loja do Cidadão e o edifício da Câmara Municipal de Coimbra. Incluem-se as intervenções urbanísticas a promover neste “Canal”, quer de demolição quer de construção.

3.3.1. “Canal” Av. Cidade de Aeminium – Câmara Municipal de Coimbra

Em 2006 a DRC/IPPAP emite parecer favorável, condicionado ao cumprimento do inframencionado parecer jurídico relativo às demolições (ver 3.3.2.), à pretensão do MM, vista como benéfica para a salvaguarda do património classificado, de fundir as planeadas estações “Arnado” e “Baixa” numa só, a construir na zona da Loja do Cidadão, em virtude da alteração promovida pelo MM de alterar a largura dos cais das estações de 35 para 70 metros.

Em 2009 emite-se parecer favorável ao “Estudo de Integração Urbana do Canal do Metro Ligeiro do Mondego entre as Estações Aeminium/Loja do Cidadão e Câmara” condicionado ao esclarecimento de porque é que havia sido introduzido em projeto um canal de circulação rodoviária, uma vez que é sugerido que nesta zona se deveria privilegiar a utilização pedonal¹¹.

Em 2016 é emitido parecer de aprovação a anteprojeto de alterações em edifícios com manutenção de fachada, na Rua da Nogueira, n.ºs 1, 3 e 5 e na Rua Direita, n.ºs 111, 113, 115, 117, 119, 121, 123, 127, 129 e 131, condicionada, entre outras questões, a que se realizassem sondagens de diagnóstico parietais, e ao solo. Embora esta intervenção não se localize exatamente na área supra caracterizada como o “Canal” julga-se pertinente assinalar esta intervenção, que aliás ainda não terá avançado da fase de anteprojeto.

11. A este respeito ver também nota de rodapé 7. De qualquer modo, ocorre um ajustamento da posição a este respeito, uma vez que em 2010 é emitido parecer em que se considera a pretensão constituir um valor acrescentado para a salvaguarda do Bem Classificado Rua da Sofia ao verificar-se uma redução de emissões de gases emitidos pelos veículos motorizados que aí circulam, bem como uma melhor fruição do Bem Classificado tendo em conta o alargamento proposto da área de passeios.

3.3.1.1 A *loggia* quinhentista

Tendo em conta a sua relevância, dedica-se subsecção à *loggia* identificada no decurso dos trabalhos realizados na parcela 23 (ver Figura 4), tanto mais que este é um elemento arquitetónico valorizado no Estudo de Integração Urbana referido na subsecção anterior, que destaca a importância de se perceber a “fachada quinhentista agora revelada pela arqueologia” (Byrne, 2009, p. 39).

Em agosto de 2008 é aprovado pela DRC/IPPAR Relatório Final reportando intervenções incidindo na parcela 23 na zona de intervenção da Metro Mondego na Baixinha de Coimbra (Basílio & Neves, 2008a). No entanto, é solicitado no parecer que propõe aprovação¹² um maior aprofundamento da análise, nomeadamente de como uma estrutura identificada no Relatório como correspondente a uma varanda ou sacada se teria inicialmente relacionado com o restante edifício, tendo em conta que a mesma foi identificada em todos os seus pisos. O argumento invocado para tal solicitação foi o de que esta estrutura poderia ser uma frontaria importante para a definição do espaço público, nomeadamente delimitando o antigo Terreiro de Santa Cruz. Assim, o referido parecer conclui que esta estrutura poderia corresponder ao que teria sido uma *loggia* de um edifício renascentista.

No início de 2010 é apresentada Adenda (Basílio & Neves, 2009) ao Relatório Final mencionado no parágrafo anterior. Foi objeto de aprovação pela tutela, uma vez que foram apresentados, realizada que foi análise documental, paralelos contemporâneos que atestaram da bondade de interpretar a estrutura em causa como uma *loggia* quinhentista. Assim, foi proposto, e aprovado neste parecer que analisou a Adenda, o devido acautelamento dos elementos arquitetónicos da *loggia* para sua integração futura no projeto de arquitetura a implementar na parcela.

3.3.2. Demolições na Baixinha

O primeiro documento constante em arquivo relativo a demolições na Baixinha data de 2005. Trata-se de parecer jurídico da DRC/IPPAR relativo à solicitação da CMC no sentido de isentar o MM de submeter projeto de requalificação dos espaços a intervencionar, assim como os das edificações a construir na sequência das demolições a realizar em área sob tutela do IPPAR por via da ZEP do Mostei-

ro de Santa Cruz e dos imóveis na Rua da Sofia (então classificada como imóvel de interesse público), como determinado pela DIA do projeto. Tal solicitação prendia-se com o facto informado pela CMC de que não seria o MM, mas sim a Coimbra Viva SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana S. A. (SRU)¹³ a proceder a tais operações urbanísticas. O parecer propõe que se autorize a demolição de imóveis na ZP da Rua da Sofia e na ZEP do Mosteiro de Santa Cruz, sendo para tal necessário que o MM apresentasse o projeto referente ao canal ferroviário e zona abrangida pelas demolições incluindo construções acessórias, como por exemplo estações. Tal autorização deveria ficar condicionada, no caso das demolições de imóveis na Rua da Sofia, à apresentação do projeto de consolidação dos edifícios adjacentes a manter ou do projeto de arquitetura, caso se prevísse reconstrução, uma vez que se considerava que em relação a estes imóveis não se previa ruína eminente. É ainda notado que independentemente dos encargos do MM e da SRU, no âmbito das suas atribuições e competências, a CMC, ao solicitar autorização para as demolições, deveria proceder à entrega dos projetos, dado tratar-se de imóveis classificados, se necessário solicitando-os ao promotor, ou notificando-o para seu envio à tutela.

Em 2005 e 2006 é emitida apreciação a vários documentos enviados pelo MM relativos ao estado do edificado na zona de implementação do projeto, dando-se nota que nada havia a opor às intervenções de demolição e contenção propostas, evocando-se para tal o Artigo 49º da Lei 107/2001 de 8 de setembro¹⁴, bem como reiterando as condicionantes emitidas no parecer mencionado no parágrafo anterior. As parcelas alvo de operação de demolição, no seguimento da realização de vistorias por parte da CMC, que havia entretanto declarado Situação de Alerta (SdA) para a zona, foram as seguintes: 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21. Notava-se no mesmo parecer, no entanto, que as operações de demolição e remoção de entulhos deveriam ser acompanhadas por arqueólogo e que, após a limpeza da área afetada, sondagens arqueológicas de diagnóstico deveriam ser realizadas. Finalmente, foi referido que o licenciamento das operações de demolição e contenção deveria ser precedido pela elaboração de

12. Da responsabilidade do Arqueólogo Paulo César Santos.

13. <https://www.coimbraviva.pt/pt/sobre-nos/>.

14. Ou seja, embora as parcelas a demolir estivessem localizadas em ZP ou ZEP, não constituíam bens classificados.

competentes Autos de Vistoria por parte da CMC¹⁵. Tal parecer é corroborado a 12/06/2006 pelo Conselho Consultivo do IPPAR, relativamente às demolições de edifícios comprovadamente em risco iminente de ruína. Aqueles em que tal estado não tenha sido comprovado deveriam ser escorados até apreciação do projeto urbano que estava a ser desenvolvido para zona pela SRU¹⁶.

Tendo em conta a declaração de SdA por parte da CMC para a área de intervenção na Baixinha de Coimbra, no início de 2007 é solicitada nova pronúncia relativamente à demolição das parcelas 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 43, 44, 45, 46, 47 e 48. A resposta da tutela indica que deveria ser seguido o mesmo procedimento estabelecido para as parcelas já objeto de demolição, nomeadamente devendo comprovar-se, por Auto de Vistoria, a situação de ruína iminente.

Após visita e sessão de esclarecimento à área afetada pelas demolições promovida pelo MM e ocorrida no dia 08/03/2007, é transmitido à Inspeção-Geral do Ambiente o resultante parecer da DRC/IPPAR. Nesse parecer nota-se que o projeto do MM não era, naquela data, passível de licenciamento, fundamentalmente porque o projeto de execução ainda não havia sido submetido¹⁷. Em relação às demolições, e tendo em conta que foi preconizado na DIA que as obras de recuperação e consolidação dos edifícios a manter deveriam ser realizadas antes de qualquer desconstrução, considerou-se que o estado de degradação que levou à declaração de SdA foi motivado pelo início das demolições antes de qualquer consolidação.

Em julho de 2007, é emitido parecer, solicitado pela APA, relativo à necessidade de proceder à desconstrução de edifícios para desenvolver estudos complementares que permitam assegurar o correto desenvolvimento do Projeto de Execução do MM. O parecer longo de 30 páginas, conclui, tendo em conta os elementos disponíveis à data, que a solicitação da APA não tinha, naquela fase, utilidade prática relati-

vamente à área abrangida por ZEP ou ZP, uma vez que por força da junção ao processo dos Autos de Vistoria que invocam estado iminente de ruína e da declaração de SdA, não poderiam, no âmbito da legislação de Proteção Civil, as demolições ser postas em causa, por razões de segurança. Assim, o cumprimento da DIA foi neste aspeto evidentemente ultrapassado por força da comprovação da situação de ruína dos imóveis, tendo-se notado que projeto para as demolições não poderia ser exigível, para a área abrangida pela declaração de SdA. No que concerne a imóveis na Rua da Sofia foi notado que a sua demolição só poderia ocorrer quando estivessem cumpridos os preceitos legais patentes no artigo 49º da Lei de Bases do Património Cultural. Relativamente aos imóveis ainda não demolidos, nem abrangidos pela SdA, sítos em ZP ou ZEP é indicado que deveria ser cumprida a DIA, mencionando-se que sendo tal observado e as demolições legalmente licenciadas, nada haveria a opor ao seu acompanhamento arqueológico. No que se referia às sondagens ou prospeções arqueológicas a realizar em área já demolida é comunicado que o MM deveria solicitar a competente autorização nos termos legais. Finalmente, é indicado que embora os imóveis sítos na Av. Fernão de Magalhães e Azinhaga da Pitorra estivessem fora de qualquer servidão administrativa do património cultural, a realização de trabalhos arqueológicos só poderia ser autorizada no âmbito de um projeto de execução da demolição aprovado pela entidade licenciadora ou competente para a autorização, acompanhado de um relatório descritivo da conformidade com a DIA.

A 28/3/2013 a APA comunica à DRCC que o MM iria proceder à demolição dos edifícios situados entre a Av. Aeminium e a Av. Fernão de Magalhães, designados por parcelas 39 a 42, o que estava previsto no RECAPE do Processo de Pós Avaliação (PPA) 365, referente ao projeto da Linha do Hospital, troço da AV. Aeminium -Câmara Municipal de Coimbra.

A 03/04/2013 a APA informa, na sequência do PPA referido no parágrafo anterior, que o MM comunicou ter procedido à adjudicação da empreitada para a execução dos trabalhos de demolição parcial do edifício situado na parcela 22. Já a 09/04/2013, informa o MM que por razões de segurança e no cumprimento de notificações da CMC haviam sido demolidas as parcelas 39 a 42, na Av. Aeminium e Av. Fernão Magalhães, e as parcelas 22 e 33 na Rua Nova, tendo os respetivos trabalhos arqueológicos de acompanhamento sido autorizados.

15. A autarquia remeteu tais Autos de Vistoria a 15/12/2006.

16. Trata-se do projeto do Arquiteto Gonçalo Byrne supra referenciado, apresentado e submetido a parecer em 2009 (ver 3.1.1.1).

17. Ver nota anterior, entendido que se trata do projeto de execução para esta zona específica da cidade. Contudo, pode ser também uma referência a projeto de execução das demolições. O parecer não é totalmente claro neste ponto.

Em abril de 2017 a DGPC emite parecer favorável a solicitação da CMC, que se propunha substituir o MM na execução desta intervenção, para realizar de forma parcelar o projeto do Metro entre a Av. Fernão de Magalhães e a Rua Direita, condicionando-o ao posterior esclarecimento sobre a solução que iria ser adotada para o projeto no restante troço até à Rua da Sofia. A decisão favorável é também sustentada por parecer jurídico anexo à Informação da responsabilidade dos serviços da jurídicos DGPC, uma vez que a DRCC na altura não dispunha de técnico superior nessa área. Esse parecer nota que os projetos que contemplem demolições de imóveis que se insiram na área, entretanto classificada como Património Mundial, deveriam ser submetidos a autorização prévia e expressa por parte do Ministro da Cultura, pois que se lhes aplicava o regime legal previsto para os monumentos nacionais.

A 12/12/2019 a DGPC emite parecer de aprovação condicionada do projeto de execução de arquitetura relativo a edifícios sitos na Praça 8 de Maio, nº 40 e Rua da Sofia, nº 1 a 17 (parcelas 25 a 27, ver Figura 4), o chamado “Edifício Ponte” que irá permitir, através de ‘túnel’, a passagem do “Canal” do MM entre a zona da Loja do Cidadão e a Rua da Sofia/Rua Olímpio Nicolau Fernandes. Do ponto de vista da arqueologia foi estabelecida como condicionante a realização de sondagens arqueológicas prévias, abarcando toda a área a afetar pelo projeto. Por outro lado, as demolições de paramentos previstas em projeto deveriam ser alvo de acompanhamento arqueológico. Mais era adiantado que, no caso de serem detetados vestígios arqueológicos relevantes, deveriam ser implementadas as medidas que se julgassem por convenientes, após consulta às entidades que tutelam o Património em causa. O Relatório Final da intervenção arqueológica deveria enfim propor medidas de minimização que promovessem a compatibilização do projeto de arquitetura com a preservação de bens arqueológicos que pudessem vir a ser identificados. As demolições necessárias à implementação do projeto do “Edifício Ponte” foram autorizadas pela Secretária de Estado Adjunta e do Património Cultural XXII Governo Constitucional a 12/12/2019.

3.4. Relatórios

Nesta seção apresentam-se os Relatórios Finais que constam em arquivo no processo MM objeto do

presente historial¹⁸. Primeiramente identificaram-se 7 Relatórios enviados, em suporte digital, pelo MM em anexo ao RECAPE do troço Av. Aeminium - CMC em setembro de 2010. O primeiro é relativo às sondagens arqueológicas levadas a cabo na zona de intervenção do MM na Baixinha de Coimbra, mais especificamente entre a Rua João Cabreira e o Beco do Amorim (Neves, Basílio & Nunes, 2006). Foram realizadas cinco sondagens arqueológicas, num total de 120 m², permitindo o reconhecimento de contextos edificados com funcionalidades diversas e uma ocupação intensa desta área como demonstrado pelas várias reestruturações e remodelações do edificado identificadas no registo arqueológico.

Segue-se Relatório relativo ao acompanhamento arqueológico da 1ª e 2ª fases das demolições na Baixinha (Ginja, 2008), sendo que a primeira fase correspondeu ao levantamento fotográfico e caracterização para memória futura dos edifícios a demolir na empreitada em causa, ou seja as parcelas 1 a 21. A segunda fase correspondeu ao acompanhamento arqueológico da demolição das referidas parcelas, acrescida, por motivos de segurança consequentes dos trabalhos de demolição das parcelas contíguas 9 e 10, das parcelas 34 a 38. Estas últimas, por não fazerem parte dos trabalhos contratados, não foram registadas e caracterizadas do mesmo modo que as parcelas 1 a 21. Note-se que este Relatório não foi apreciado pela DRCC uma vez que foi entendido que sendo uma intervenção exterior num bem classificado, o mesmo deveria ser apreciado pelo IGESPAR. Em 2009 é submetido Relatório relativo às sondagens arqueológicas prévias de diagnóstico realizadas na zona entre a Rua Direita e a Av. Aeminium (Santos, 2009a). Tais sondagens incidiram nas parcelas 39 a 41 e na zona já demolida anteriormente do “Bota-Abaixo”¹⁹ com a abertura de quatro sonda-

18. Excetuam-se os relatórios já referidos em seções precedentes do presente artigo. Realça-se que nem todos os Relatórios pertinentes a este processo foram objeto de apreciação por parte da DRCC. Assim, este trabalho apenas se citam os Relatórios que efetivamente foram consultados por estarem presentes no arquivo alvo da presente análise.

19. *Grosso modo*, o espaço que medeia entre a Av. Fernão de Magalhães/Loja do Cidadão e a Rua da Sofia e que corresponde ao canal do MM nesta zona da cidade. Esta designação deve-se ao facto da planeada Av. Central entre o Rio Mondego e a Rua da Sofia, ter motivado, em meados do século XX, expropriações e a demolição parcial do edificado nesta área (Baía 2003, p. 16; Fernandes 2008, p. 187-8).

gens na área antes ocupada pelos edifícios que constituem as parcelas 1 a 9 (ver Figura 5). Foi ainda realizada sondagem na parcela 17. Os resultados, tendo em conta a cota de afetação considerada de 2 metros, confirmaram o dinamismo desta zona da cidade durante a Época Moderna, sobretudo ligado à indústria oleira, até meados do século XIX, altura em que tal atividade terá começado a entrar em declínio.

Também do mesmo ano data Relatório relativo a sondagens parietais realizadas nas parcelas 39 a 42 da Av. Fernão Magalhães e nas parcelas 1, 8 e 9 do “Bota-Abaixo” (Santos, 2009b). No caso das parcelas 1, 8 e 9, os trabalhos incidiram em estruturas murárias identificadas aquando da demolição dos edifícios, nessa altura preservadas para posterior estudo mais detalhado, o que este Relatório reporta. No caso das restantes parcelas tratava-se de edifícios ocupados por oficinas e armazéns. Os resultados confirmam leituras já mencionadas acerca da evolução da ocupação desta zona da cidade durante a Época Moderna.

Submetido no mesmo momento em que foi apresentado Relatório relativo à parcela 23, suprarreferido aquando da menção à *loggia* quinhentista (ver 3.1.1.1), os trabalhos relativos às sondagens parietais levadas a cabo na parcela 22 foram apresentados em 2008 (Basílio & Neves, 2008b). Os resultados apontam para três fases construtivas do edifício da parcela 22, datáveis da Época Medieval/Tardo-medieval, da Época Moderna, e do início do século XX.

A 10/08/2010 é aprovado de Relatório Final de Prospeção Geofísica realizada na Rua da Sofia, na Rua Olímpio Nicolau Fernandes e na Av. Sá da Bandeira (Geosurveys, 2010). Na sua apreciação é notada a deteção de uma densa rede de infraestruturas, bem como um conjunto de antigas construções preservadas ao nível fundacional. Conclui-se que o estudo será útil para propor medidas adequadas de minimização de impacte patrimonial aquando da construção do MM.

Em setembro de 2010 são submetidos os Relatórios relativos às sondagens parietais realizadas nas parcelas 26 (Basílio & Neves, 2010a) e 27 (Basílio & Neves, 2010b). Os resultados apontam para uma grande complexidade das diferentes fases construtivas e reconstrutivas dos edifícios, com alterações significativas ocorridas no século XX.²⁰

Já em 2013 são aprovados os Relatórios finais dos

trabalhos de acompanhamento arqueológico das empreitadas de demolição parcial das parcelas 22 e 33²¹. Em 2014 a DGPC aprova o Relatório Final da obra de demolição dos edifícios sitos nas parcelas 39 a 43, localizados na Av. Aemínium e na Av. Fernão de Magalhães, à exceção da parcela 43, situada na Rua Direita.

Em outubro de 2014 é aprovado Relatório relativo ao acompanhamento de selagem da área escavada na zona da Rua Direita/Largo das Olarias, uma intervenção autorizada em 2010 pelo IGESPAR, ditada pela necessidade de proteger os vestígios arqueológicos visto existir, aquela data, indefinição quanto à forma de prossecução do projeto do MM.

Finalmente, em 2016 é aprovado Relatório relativo a campanha, ocorrida no início de 2013, de prospeção geofísica realizada na zona da Rua Direita e Largo das Olarias (Barraca & Almeida, 2016). Refira-se que os resultados da prospeção geofísica, a identificação de estruturas arqueológicas no subsolo, foram confirmados pelos trabalhos reportados em Relatório aprovado em 2017 relativo à intervenção de arqueologia preventiva nessa zona da “Baixinha” e que ocorreram logo após a realização da prospeção geofísica suprarreferida.

4. CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou sintetizar a informação guardada em arquivo relativa ao processo MM. Tal exercício, levado a cabo por alguém que desempenha as presentes funções há cerca de um ano, pretendia avaliar qual a informação efetivamente disponível para reconstruir os antecedentes processuais, fundamentais para a emissão de pareceres in-

vo o Relatório relativo às sondagens parietais realizadas na parcela 25. Consta, no entanto, um documento sem indicação de autoria intitulado “Previsão do Programa Ulterior de Trabalhos e Medidas Provisórias de Protecção e Conservação” relativo às parcelas 22, 23, 25, 26 e 27 que denota terem sido realizados trabalhos nesse âmbito. Realce-se ainda que a parcela 24 corresponde ao corpo tardo do edifício conhecido como Casa Aninhas, construído no final do século XX. Em todo o caso, recomenda-se a leitura de artigo de Basílio & Almeida (2010) que sintetiza os resultados das intervenções realizadas nas parcelas supra notadas.

21. Ambos os Relatórios não constam do arquivo consultado, tendo sido objeto de aprovação por parte da DGPC. Em arquivo da DRCC apenas constam cópias dos Ofícios enviados às entidades envolvidas comunicando a sua aprovação.

20. Deve ser notado que não foi possível localizar em arqui-

formados e sobretudo coerentes com o historial dos diversos processos que nas últimas duas décadas vêm constituindo a intervenção do MM na cidade de Coimbra. Reitera-se, pois, que não foi objetivo desta análise realizar o historial de todo processo MM, até porque a partir da documentação consultada tal não poderia suceder, dado estar incompleta, mas sim o de saber, e apresentar, o que está disponível no arquivo da DRCC acerca desta matéria.

Uma das conclusões da análise levada a cabo é a de que o arquivo analisado contém muita informação repetida, que poderia ser expurgada pois apenas cria volume excessivo. Por outro lado, dados relevantes estão omissos: por exemplo, bastante informação relativa a procedimentos de AIA no âmbito do projeto do MM, especialmente no que concerne a anos mais recentes. A tal não é alheio o facto de ser a DGPC a assegurar desde a sua criação a participação e emissão de pareceres em sede de AIA de processos tutelados pela APA, como é o caso do MM.

Julga-se que a presente análise permitiu destacar os aspetos mais importantes relativos a este processo. De entre estes, regista-se o historial do processo de demolições na “Baixinha”, a identificação e reconstrução prevista da *loggia* quinhentista identificada na parcela 23, ou as alterações à tramitação dos diversos processos agregados ao projeto motivados pela natureza dinâmica da atualização da lista dos bens classificados.

Por outro lado, terão ficado patentes os inconvenientes para uma correta gestão dos processos no âmbito da salvaguarda do Património Cultural que a dispersão de competências por diversas entidades, e as diversas alterações orgânicas a esse respeito durante o período em análise, bem como as carências existentes relativas aos sistemas de informação, de gestão documental e de inventário implicam.

De todo o modo, no momento em que se prevê para breve a transferência de competências das DRC para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, considera-se que o presente trabalho é também testemunho do papel central que a DRCC, do ponto de vista do Património Cultural, teve no processo do Metro Mondego. Juntamente com esta constatação, alerta-se para a necessidade de continuar a valorizar, nomeadamente para consulta, de diversas formas incluindo em linha, e informação futura, o arquivo desta instituição, assim como de todos os arquivos institucionais contendo informação relevante para a atividade arqueológica em Portugal.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece a Guilhermina Mota a revisão cuidada do texto, a Jacinta Bugalhão pela leitura crítica e sugestões pertinentes, nomeadamente no que se refere às andanças institucionais da arqueologia portuguesa nas últimas décadas, e a Isabel Policarpo pelo auxílio na compreensão dos diversos processos de classificação atinentes a este assunto. Agradece-se particularmente ao fotógrafo Luís Afonso pela cedência graciosa da imagem de sua autoria que constitui a Figura 5, e à Metro Mondego pela cedência das imagens que compõem as Figuras 1, 2, 3 e 4, sendo de agradecer especialmente a Rui Querido pelo zelo na preparação da resposta desta entidade à solicitação do autor. À Direção Regional de Cultura do Centro agradece-se o apoio à conclusão deste artigo. De qualquer modo, este artigo é da exclusiva responsabilidade do autor, assim como quaisquer lapsos ou omissões constantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAÍÁ, Pedro (2003) – Bota-Abaixo Participado. *Revista NU*, 12, 16-17. Disponível em https://issuu.com/revistanu/docs/10_onde_esta_coimbra.

BARRACA, Nuno & ALMEIDA, Miguel (2016) – *Relatório Final Intervenção de Prospeção Geofísica. Prospeção de Georadar no Metro Mondego (Metro Mondego, Santa Cruz, Coimbra, Coimbra)*. Coimbra: Morph, Lda.

BASÍLIO, Lília & ALMEIDA, Miguel (2010) – Arqueologia do edificado em contexto de Arqueologia preventiva: o exemplo da Baixinha de Coimbra (Portugal). *Arqueología de la Arquitectura*, 7, 129-146. DOI: 10.3989/arqarqt.2010.10008.

BASÍLIO, Lília & NEVES, Maria João (2008a) – *Trabalhos Arqueológicos na zona de intervenção da Metro Mondego na Baixinha de Coimbra-parcela 23*. Coimbra: Dryas Arqueologia.

BASÍLIO, Lília & NEVES, Maria João (2008b) – *Trabalhos Arqueológicos na zona de intervenção da Metro Mondego na Baixinha de Coimbra-parcela 22*. Coimbra: Dryas Arqueologia.

BASÍLIO, Lília & NEVES, Maria João (2009) – *Trabalhos Arqueológicos na zona de intervenção da Metro Mondego na Baixinha de Coimbra-parcela 23*. Adenda. Coimbra: Dryas Arqueologia.

BASÍLIO, Lília & NEVES, Maria João (2010a) – *Trabalhos Arqueológicos na zona de intervenção da Metro Mondego na Baixinha de Coimbra-parcela 26*. Coimbra: Dryas Arqueologia.

BASÍLIO, Lília & NEVES, Maria João (2010b) – *Trabalhos Arqueológicos na zona de intervenção da Metro Mondego na Baixinha de Coimbra-parcela 27*. Coimbra: Dryas Arqueologia.

BYRNE, Gonçalo (2009) – *Estudo de Integração Urbana do Canal do Metro Ligeiro do Mondego entre as Estações Aemini-um/Loja do Cidadão e Câmara*. Coimbra: Metro Mondego.

BUGALHÃO, Jacinta (2021) – *A Arqueologia em Portugal entre o final do século XX e o início do século XXI (1970 – 2014)*. Tese de Doutoramento: Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/50041>.

FERNANDES, José Luís (2008) – *Requalificação da periferia urbana. Expansão urbana, forma urbana e sustentabilidade urbana na requalificação da periferia de Coimbra*. Tese de Mestrado: ISCTE. <http://hdl.handle.net/10071/1304>.

GEOSURVEYS (2010) – *Relatório Final de Prospeção Geofísica de Georadar no âmbito de Inserção do Canal do Sistema de Mobilidade do Mondego*. Aveiro: Geosurveys – Consultores em Geofísica, Lda.

GINJA, Mnica (2008) – *Trabalhos Arqueológicos (Acompanhamento das Demolições) no âmbito do Projeto de Inserção do Metro Ligeiro do Mondego. Relatório Final das 1 e 2 Fases do Intervenso*. Condeixa-a-Nova: Munis, Atelier de Arqueologia.

NEVES, Maria João, BASÍLIO, Llia & NUNES, Susana (2006) – *Prospeção Arqueológica Prévia – Sondagens Arqueológicas do Metro Ligeiro do Mondego*. Coimbra: Dryas Arqueologia.

SANTOS, Filipe (2009a) – *Sistema de Mobilidade do Mondego na rea Compreendida entre a Rua Direita e a Avenida Aemini-um/Baixinha de Coimbra (Coimbra). Trabalhos Arqueológicos. Relatório Final*. Viseu: Arqueohoje.

SANTOS, Filipe (2009b) – *Sistema de Mobilidade do Mondego na rea Compreendida entre a Rua Direita e a Avenida Aemini-um/Baixinha de Coimbra (Coimbra). Trabalhos Arqueológicos. Relatório Final. Sondagens Parietais de Diagnóstico Arqueotctnico*. Viseu: Arqueohoje.

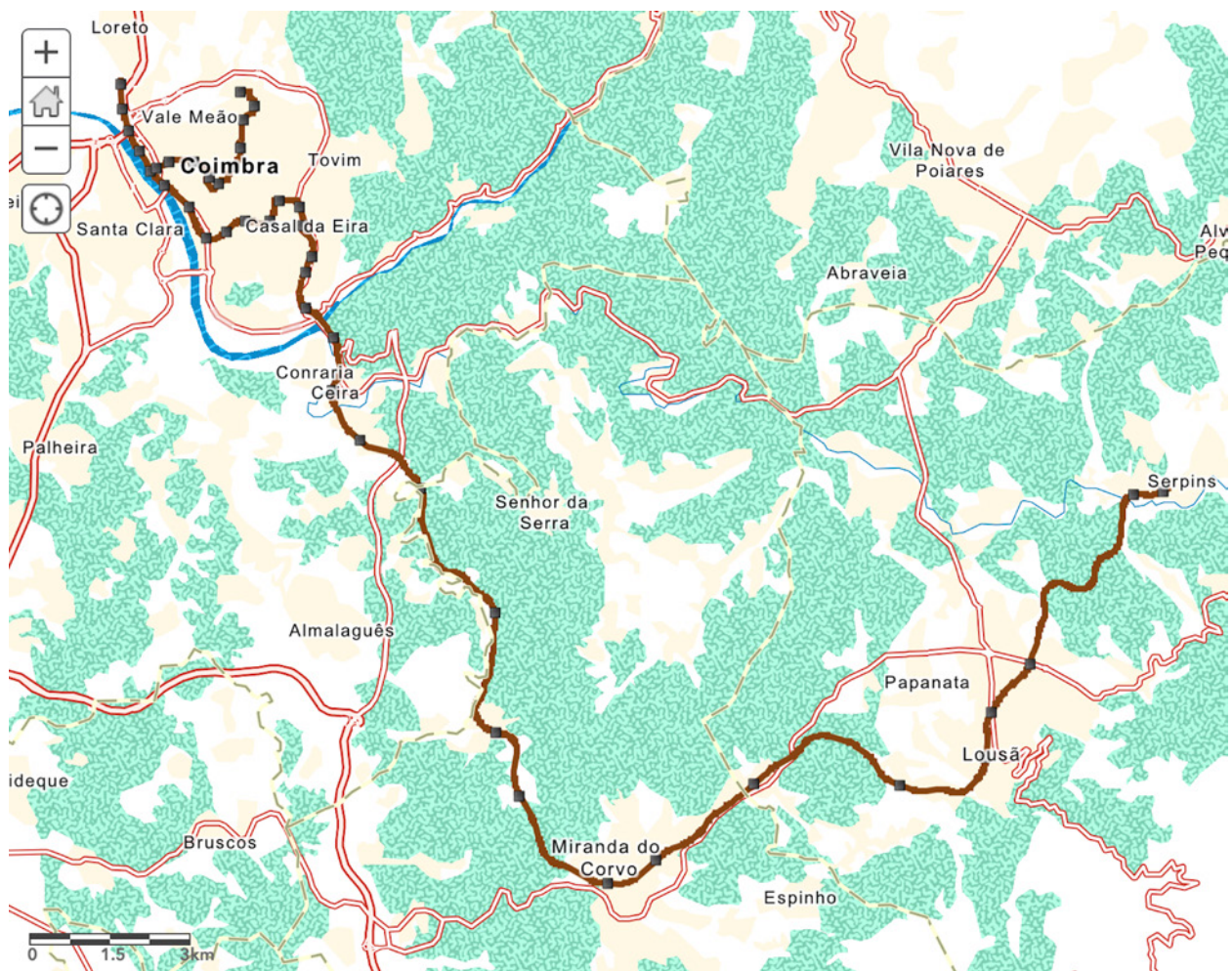


Figura 1 – Totalidade da Rede do Metrobus, sobre base cartográfica criada pelo autor. Traçado fornecido em kmz. pela Metro Mondego, S. A.



Figura 2 – Traçado urbano do Metrobus que se encontra a ser implementado sobre base cartográfica criada pelo autor. Traçado fornecido em kmz. pela Metro Mondego, S. A.

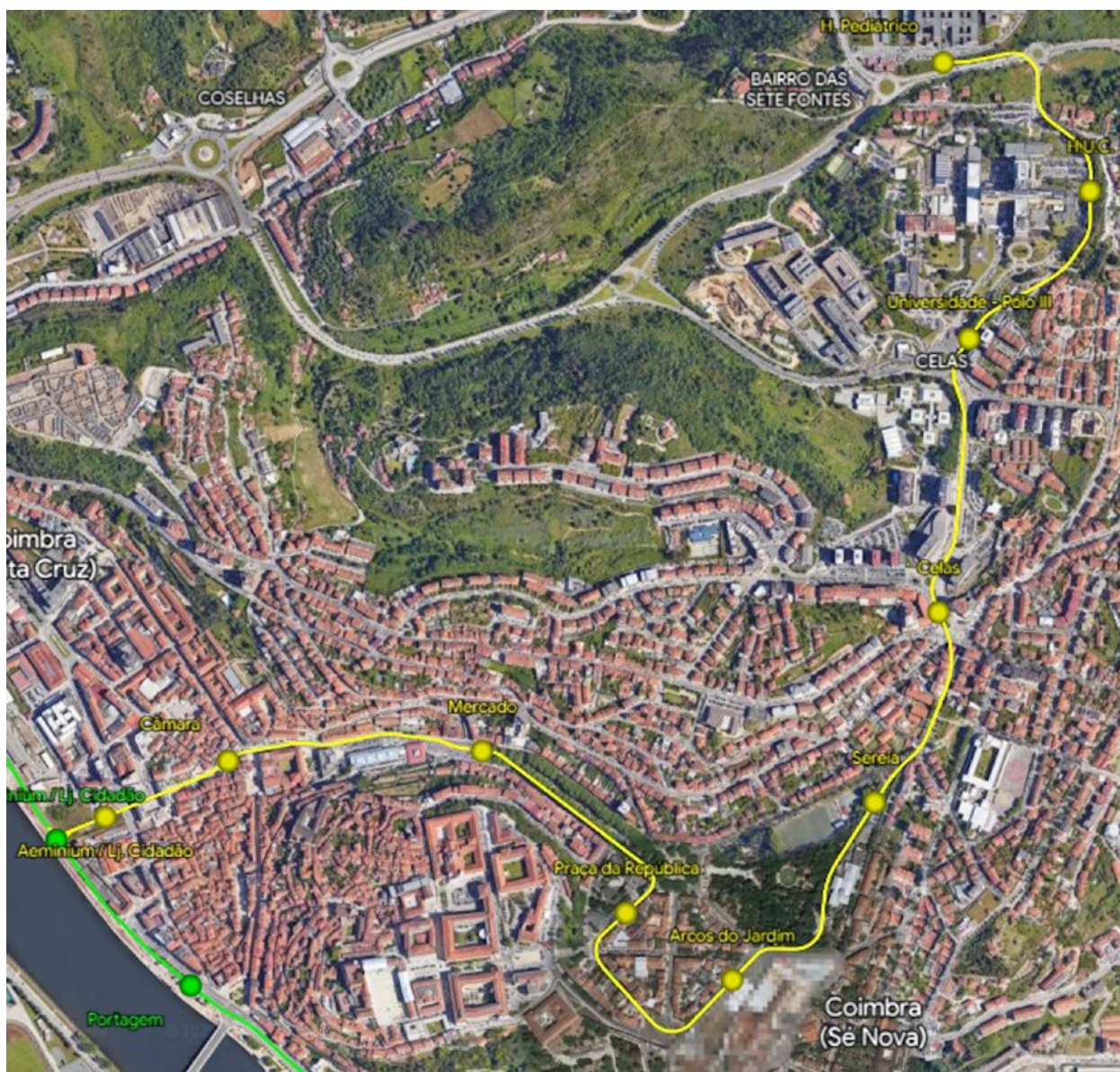


Figura 3 – Primeiro traçado proposto para o Metro Mondego com o entretanto abandonado "desvio" pela base da colina universitário e topo do Jardim da Sereia sobre base cartográfica criada pelo autor. Traçado fornecido em kmz. pela Metro Mondego, S. A.

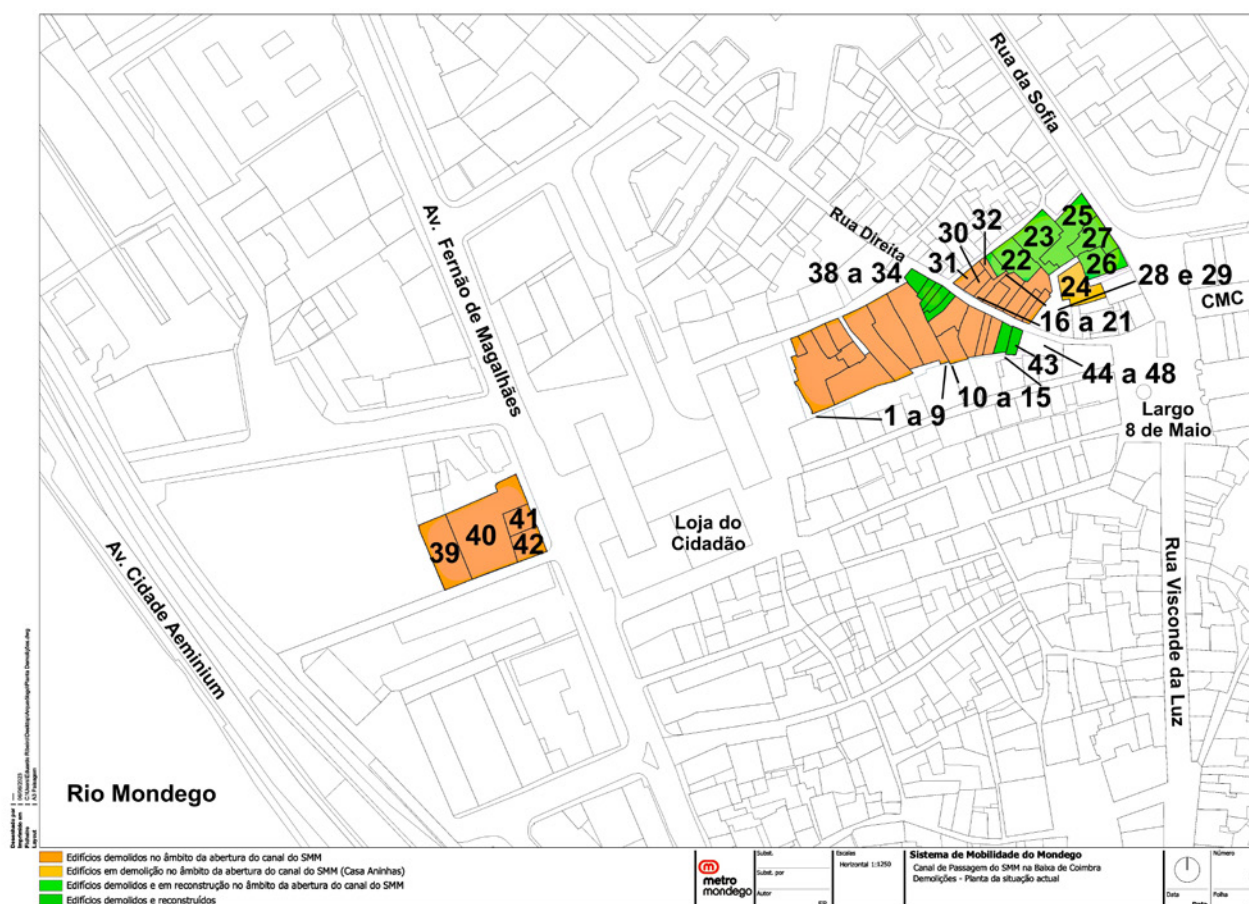


Figura 4 – Localização das parcelas a demolir no âmbito da inserção do “Canal” do MM na zona do Bota-Abaixo em Coimbra. Imagem de Metro Mondego, S. A. sendo que o autor inseriu os nºs das parcelas, de acordo com a informação constante em <https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/RECAPE349/vol2-rt202013013923.zip> (FIG_IV_3), e em mapa do Serviço de Municipal de Protecção Civil do início de 2007 no que se refere às parcelas 28 e 29 e 44 a 48, além de referências toponímicas para melhor leitura da Figura.



Figura 5 – Vista aérea obtida em 2009 da zona de intervenção do MM no “Bota Abaixo”, sendo visíveis as escavações arqueológicas que nessa altura decorriam. Em primeiro plano observa-se a Av. Fernão de Magalhães, sendo que o edifício da Câmara Municipal de Coimbra se encontra na parte superior direita da fotografia, junto à Igreja de Sta. Cruz. Foto de Luís Afonso.



AAP
ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

MAC
MUSEU
ARQUEOLÓGICO
DO CARMO

 **REPÚBLICA
PORTUGUESA
CULTURA**

1 2 9 0 

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE D
COIMBRA


INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA - UIC
PALÁCIO DE SUB-RIPIAS


**CENTRO DE
ESTUDOS INTERDISCIPLINARES**
CEIS30 | Universidade de Coimbra

 **Centro de Estudos
em Arqueologia
Artes
e Ciências do Património**
UI&D 281

fct
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia
UIDB/0046/2020

Apoio Institucional:

**PATRIMÓNIO
CULTURAL**
Departamento do Património Cultural

 **MUSEU NACIONAL
DE MACHADO DE CASTRO**

Coimbra

 **seminário
maior de coimbra**